

## COVID-19: reflexões a quatro mãos sobre alguns aspectos do problema<sup>1</sup>

*COVID-19: Four-way Reflections on Some Aspects of the Problem*

MARIA ALCINÉA ANDRIÃO TROTTA\*

WELLINGTON TROTTA\*\*

**Resumo:** Este trabalho, com o objetivo de fazer uma reflexão ético-política sobre aspectos da COVID-19 e alguns dos seus efeitos, é constituído por uma *Introdução*; o tópico um, *Natureza da COVID-19*, trata dos elementos gerais desta doença e suas implicações sociopsíquicas; o tópico dois, *Considerações acerca das políticas públicas do Estado capitalista brasileiro*, analisa a natureza das políticas públicas do Estado brasileiro; uma *Conclusão*, de perfil crítico-reflexivo, antes de ser uma peroração de tudo o que foi dito ao longo do texto.

**Palavras-chave:** COVID-19. Filosofia. Saúde. Educação. Políticas Públicas.

**Abstract:** This work, with the objective of making an ethical-political reflection on aspects of COVID-19 and some of its effects, consists of an *Introduction*; topic one, *Nature of COVID-19*, deals with the general elements of this disease and its socio-psychological implications; topic two, *Considerations about the public policies of the Brazilian capitalist state*, analyzes the nature of the public policies of the Brazilian state; a *Conclusion*, with a critical-reflective profile before being a reflection on everything that was said throughout the text.

**Keywords:** COVID-19. Philosophy. Health. Education. Public Policy.

---

1. Correção crítico-gramatical de André Luís Pires Pelliccione.

\* Maria Alcinea Andrião Trotta possui Graduação em Psicologia e Fonoaudiologia. Tem Especializações em Psicopedagogia, Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares, Orientação Educacional-Pedagógica, Terapia Cognitiva Comportamental e MBA em Gestão de Pessoas. Psicoterapeuta. Contato: [alcineandriao@gmail.com](mailto:alcineandriao@gmail.com)

\*\* Wellington Trotta tem Doutorado em Filosofia (UFRJ) e Direito (UNESA), Pós-Doutorado em Filosofia pela UFRJ-IFCS. Professor do CEFET-MG. Contato: [welltrotta@gmail.com](mailto:welltrotta@gmail.com)

## Introdução

Em que consiste uma investigação filosófica? Ou melhor, o que é uma reflexão filosófica? Bem, antes de responder a estas perguntas deveras difíceis, devemos começar por dizer que *filosofia é, a nosso juízo, um campo do saber, em que o pensamento tem por propósito a busca da verdade por meio de perguntas razoáveis na obtenção de respostas inteligentes baseadas na razão lógico-demonstrativa*, ou, como bem assevera Hegel, *filosofia é a ciência da verdade*. Entendemos, assim, que o pensamento filosófico deve primar pela simplicidade, uma vez que a busca da verdade é um simples ato de desvelamento do ser, do objeto, do fenômeno, da coisa.

Então, vivendo sob os muitos impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus, que desencadeou a COVID-19, fomos convidados pelo Prof. André Campos da Rocha, Editor da **Revista Coletânea**, a elaborar um texto de natureza filosófica acerca deste fenômeno que trouxe muitos dissabores e, de outra forma, possibilitou a oportunidade de conhecer mais o Brasil e as causas dos males que nos impedem de sermos pessoas completas, visto que nossos sistema político e modelo produtivo são enormes garrotes a nos asfixiarem até o desfalecimento. Exemplo disso observamos, neste momento, na área da educação, a desigualdade acentuada entre os estudantes que têm e os que não têm acesso à internet em condições satisfatórias. Enquanto uma minoria tem a possibilidade de manter o ano letivo, grande parcela de estudantes sequer tem internet ou acesso à educação remota, ampliando, assim, a enorme desigualdade no Brasil, inclusive em comparação com outros países mais desenvolvidos.

Neste caso, entendemos que são muitas as *janelas filosóficas* destinadas à reflexão destes e de outros problemas, como: 1. a epistemologia, que investiga a natureza do conhecimento científico, seu objeto e procedimentos metodológicos; 2. a lógica, janela importante quanto à análise dos discursos incongruentes e congruentes elaborados, cotidianamente, à guisa de raciocínios quando, na verdade, são apenas alucinações ideológicas, subvertendo o real em favor de idealizações próprias do senso comum, ou das ilusões guardadas sobre os elementos que compõem a realidade; 3. a estética, outra *fresta filosófica*, que se ocupa do belo artístico, talvez fornecesse devida compreensão das formas assimétricas do “pensamento” e das práticas dos agentes políticos brasileiros, em zigue-zague diante da COVID-19. Entretanto, escolhemos a abertura 4. ético-política, porque a ética é o ramo filosófico que investiga

o fenômeno moral, e a filosofia política pesquisa estruturas institucionais da sociedade, que *deveriam existir e funcionar em prol do bem comum*, tendo em vista que a pandemia tem consequências dramáticas sobre a vida psíquica das pessoas. Isso é fato, para tanto, basta atentarmos aos jornais, às pesquisas feitas por institutos que detectam ondas de depressão, ansiedade, divórcios e outros percalços, por conta de decisões equivocadas tomadas pelos agentes políticos, mesmo dizendo que ouvem médicos sanitaristas, infectologistas e demais profissionais da saúde.

Nosso enfoque, ético-político, não poderia ignorar os interesses próprios da crise econômica que a pandemia agravou, exprimida pelos objetivos de classes, grupos e estamentos da burocracia brasileira: interesses que passam ao largo do bem comum, pois, como bem diz Aristóteles, *o bem da política é a justiça, o bem da justiça está associado ao bem comum, este ao interesse público, ao interesse individual-coletivo*.

É preciso destacar que este trabalho foi escrito a quatro mãos, em que cada par, vindo da filosofia e da psicologia, teve o propósito de elaborar um texto em que possamos dialogar na perspectiva de compreender o fenômeno da pandemia, especificamente, como já dissemos, no Brasil, retomando o papel que esses saberes já tiveram entre nós, mas que se perderam em *discussões escolásticas* e soltas em meio a papéis muito pouco lidos e sempre escondidos nos limbos das portas fechadas. Neste sentido, nosso trabalho caminha pela seara do esboço, do ensaio, e não de um artigo estritamente científico, fruto de experimentos laboratoriais.

Para que nosso texto seja um rascunho filosófico, cremos que o postulante a filósofo deve ter a capacidade de tornar-se interlocutor de ideias, e não impositor de ideologias, concepções particularistas pensadas como se fossem objetivamente racionais. De outra forma, o olhar de quem pretende trazer à tona a realidade deve remover os entulhos ideais que estão sobre os significados reais dos fenômenos, e o filósofo deve explicitar que as ideologias, voltadas para o artificialismo, encobrem com fios ilusórios o significado profundo do real.

A peculiaridade do pensamento filosófico é pensar problemas e situá-los na esfera da reflexão filosófica, fazer distinto ao do comentador que opera um inventário das principais ideias do autor comentado. Não se quer dizer que o trabalho do comentador não seja importante. Pelo contrário, ele é fulcral ao próprio desenvolvimento da história da filosofia, no desvelar de muitas ideias soterradas por camadas de interpretações equivocadas e tidas como

verdadeiras. O bom comentador é um investigador de sistemas, descobridor de novidades teóricas das escolas filosóficas e sua atividade lega um imenso trabalho, que contribui para que se possa estudar com segurança, ao se tomar esta ou aquela corrente filosófica como referência teórica. Todavia, sem nenhum demérito à atividade do comentador, o papel do filósofo implica resolver problemas, elaborar conceitos que possam clarificar obscuridades próprias da vida humana, por conta da nossa natureza racional, ávida por compreender o entorno e por conta de as certezas serem marcadamente, próprias, do senso comum, que, ao não resolver o que está posto, prefere situar tudo no plano do mistério, do insondável e solto nas narrativas ilusórias.

O trabalho filosófico está, pois, refletido na sua contribuição, para tornar mais acessível a compreensão dos fenômenos, sejam eles psíquicos, sociais, políticos, econômicos, naturais etc. É da natureza do filósofo erigir ideias que tornem possíveis interpretações condizentes com a realidade. Nesse caso, o filósofo é um desbravador do real, um aventureiro que resolve o presente ao mesmo tempo em que remete a humanidade para o porvir. O trabalho filosófico, preocupado com a verdade, traz para si a tarefa de decifrar a realidade à medida que desvenda os enigmas da vida humana, isso tudo com a capacidade de enxergar o que as mentes dominadas pela ideologia não conseguem visualizar. O filósofo é um vidente sem se valer da cartomancia, sem se valer de instrumentos místicos, mas aferrado à ideia de que a razão é um convite à serenidade conceitual, ao plano da reflexão como atividade humanamente possível diante das inúmeras tarefas históricas. Portanto, o filósofo é aquele que passa o dia em sua oficina, o mundo, criando ferramentas conceituais a partir da intuição como fonte.

Abordar a realidade, filosoficamente, é escutar o som dos objetos e dos fenômenos por meio da reflexão, da leitura aberta, para entender a teoria que está por detrás de uma prática, discutir com interlocutores que também partam de problemas reais. Logo, um filósofo apresenta amplo universo de conceitos que deve ser considerado por conta das influências que perpassam o conjunto de sua obra, isso porque um filósofo é detentor de sensibilidade em estado de tensão permanente para perceber fenômenos, bem como entrever as imbricações que cercam a vida.

A tarefa urgente da reflexão filosófica é tornar a filosofia viva, presente e atuante nas transformações que impliquem a permanente melhoria do indivíduo como ser racional. Portanto, para isso, devemos refletir sobre a conversão

do homem-consumidor-mercadoria em homem-político, pois, necessariamente, este tipo de homem precisará da reflexão como critério existencial e, para tal, ele encontrará na pesquisa da realidade o estímulo a mudá-la todas as vezes em que observar formas irracionais de pensar e organizar a vida.

Toda construção filosófica tem por fim último contemplar o homem naquilo que o caracteriza na dimensão humanidade. Constitui ledor engano pensar que é no abstrato que o filósofo encontra amparo para promover suas ideias, reflexões e investigações daquilo que contempla. O que o filósofo promove é a *abstração necessária*, importante na tentativa de o pensamento desdobrar-se na captura do todo. O uso da abstração não é incompatível com a realidade pensada. O equívoco é tomar a abstração e fazer dela uma realidade construída no ideal como fuga do real de si mesmo. São duas situações bem distintas no processo filosófico, necessitantes de esclarecimento. O real pode ser abstraído dele mesmo e ser pensado em suas contradições existentes, sem suprimi-lo pela abstração tida por realidade. A importância da filosofia não está somente no fato de que ela seja capaz de melhorar o indivíduo e sua vida, mas por ser instrumento que ajude a compreender os fenômenos e objetos que compõem a realidade, visto que compreendê-la em sua totalidade consiste num esforço para além do possível. Neste caso, a importância da filosofia reside, também, na reflexão sobre os fenômenos morais que englobam a consciência do agir, a maneira de agir, a vontade de agir, a decisão de agir. Logo, tais elementos do fenômeno moral são estudados especificamente pela ética, ramo da filosofia que investiga os pormenores da moral, uma vez que esta pode ser entendida como conjunto de costumes e regras que regula, ao lado do direito, o cotidiano dos indivíduos com base nos valores socialmente construídos no processo histórico.

Assim, ética e moral, termos distintos, expressam conceitos específicos. Esse esclarecimento justifica-se porque, geralmente, confundimos ética com moral, além de pensarmos que o mundo moral é, necessariamente, reacionário, considerando as relações sociais um emaranhado de dominações, porque nos esquecemos de que respeitar nossos pais, educar nossos filhos, lutar por leis mais justas não são atos revestidos de moralidade. Fugimos do debate moral porque o consideramos inferior ao debate político, acreditando que a política seja uma instância descolada da moral. Por outra, ao tropeçarmos na filosofia e cairmos de corpo e alma no pensamento ideológico (impressões subjetivistas), desconhecemos o significado de moral e passamos a associá-la

ao conjunto de elementos dominadores sobre a subjetividade. Quando tropeçamos na filosofia e caímos na ideologia, apartamo-nos da realidade em suas múltiplas determinações, porque os sujeitos desavisados do debate moral entregam suas vidas aos ideólogos, que se tornaram capazes de ressignificar e dirigir as indignações morais para a despolitização da vida. Tanto o jogo político quanto a dança das análises políticas sofrem do mesmo mal: a fantasia por essência e a persuasão pela necessidade do engodo. Em ambas as situações, os “políticos” e os ideólogos, por segui-los, também constroem avaliações que lhes são úteis no mundo da sobrevivência, pois raras são as almas, nesse meio, livres de interesses e de tolices.

Há também os falsos, que se ligam aos grupos somente por necessitar valsear no baile das aparências e dos pratos de lentilhas, como último suspiro da vida. É urgente repensar a questão moral, porque a corrupção em que muitos se meteram faz com que nossos ideais se tornem fantasmas de nós mesmos. Devemos olhar a política como um elemento ligado à ética, para ampliarmos a discussão política sobre a corrupção, mal que mata nosso povão nas filas da vida.

Por fim, este trabalho, com o objetivo de fazer uma reflexão ético-política sobre aspectos da COVID-19 e alguns dos seus efeitos, é constituído por esta *Introdução*; o tópico dois, *Natureza da COVID-19*, que trata dos elementos gerais desta doença e suas implicações sociopsíquicas; o tópico três, *Considerações acerca das políticas públicas do Estado capitalista brasileiro*, que analisa a natureza das políticas públicas do Estado brasileiro; uma *Conclusão*, de perfil crítico-reflexivo, antes de ser uma peroração de tudo o que foi dito ao longo do texto.

Agradecemos ao Prof. Dr. André Campos da Rocha e à Direção da Faculdade São Bento pelo convite e o espaço cedido para expormos nossos pontos de vista. Felicidades a todos.

## 1 Natureza da COVID-19

O que é a COVID-19? O que é o coronavírus? O que é o novo coronavírus? Começamos pelo início. O grupo dos coronavírus constitui uma numerosa família de vírus, existentes em espécies de animais distintos, como gatos, morcegos, camelos etc. Segundo médicos sanitaristas e infectologistas, os coronavírus que infectam estes e outros animais, dificilmente afetam seres humanos, vide os

exemplos dos MERS-CoV e SARS-CoV.<sup>2</sup> Porém, aproximadamente, em dezembro de 2019, o novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, foi detectado em seres humanos na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China.<sup>3</sup> Wuhan é uma cidade com uma população em torno de 11,08 milhões de pessoas (2018), considerada um dos grandes centros financeiro, comercial, político e econômico da China continental, apelidada de ‘Chicago Chinesa’. Com um Produto Interno Bruto estimado em \$63 bilhões,<sup>4</sup> tem uma grande feira em que se comercializam pescados e outros tipos de animais, que servem à mesa dos chineses, nada muito diferente de nossas feiras por este Brasil afora, onde também se come de tudo, inclusive alimentos considerados exóticos aos olhos estrangeiros.

O novo coronavírus SARS-CoV-2 é a causa da doença COVID-19, cujo quadro clínico varia de infecções assintomáticas a quadros graves, inclusive letais. Os sintomas da Covid-19 vão de um resfriado à complicação respiratória aguda (GRIPAL-SG), em que as características sintomáticas são “*sensação febril ou febre associada à dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza, até uma pneumonia severa*”,<sup>5</sup> podendo levar o infectado a óbito. A COVID-19, portanto, é uma doença letal, que matou no mundo, até agora, 1.183.861 pessoas, e no Brasil, aproximadamente, na mesma data, morreram 159.477 brasileiros, óbitos minimizados por muitos “médicos especialistas”, agentes políticos e nada menos do que o chefe do executivo federal, também ocupante da função de comandante supremo das forças armadas, supremo mandatário da nação, na condição de chefe de Estado; o Presidente da República.<sup>6</sup>

2. “Do ponto de vista da origem da transmissão, pesquisadores chineses identificaram que o novo vírus é originário de morcegos, assim como a maioria dos outros coronavírus. É sabido, atualmente, que houve o fenômeno de ‘transbordamento zoonótico’, comum à maioria dos vírus, que fez com que um coronavírus que acomete morcegos sofresse uma mutação e passasse a infectar humanos. As pesquisas nos permitem concluir que essa mutação foi um processo natural e não induzido pelo homem”. <https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-origem-desse-novo-coronavirus>

3. <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

4. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_cidades\\_da\\_China\\_por\\_PIB](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_cidades_da_China_por_PIB)

5. <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

6. Dados de 30 de outubro de 2020:

Brasil:	Total de casos:	Recuperados:	Mortes:
	5.519.528	4.966.264	159.562
Global:	Total de casos:	Recuperados:	Mortes:
	45.778.961	29.761.536	1.191.774

[https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01kn8dnGe5gB1OFXvrv45LOJgxV\\_g%3A1604099544502&ei=2J-2cX96XHpOG0AbujLuwDg&q=n%C3%BAmerno+de+mortos+pela+covid-19+brasil+e+no+mundo+](https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01kn8dnGe5gB1OFXvrv45LOJgxV_g%3A1604099544502&ei=2J-2cX96XHpOG0AbujLuwDg&q=n%C3%BAmerno+de+mortos+pela+covid-19+brasil+e+no+mundo+)

A brutal letalidade da COVID-19 em jovens e velhos, sobretudo portadores de comorbidades, impôs seu carácter pandêmico ao mundo e, naturalmente, ao Brasil, tendo prefeituras e governadorias, com omissão do governo central, estabelecido uma espécie de isolamento social às avessas, por recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS – ONU), com impactos negativos sobre a vida econômica nacional, com perdas de negócios e empregos, além de forte influência sobre a saúde psíquica das pessoas.<sup>7</sup>

Diante da chegada da COVID-19 ao Brasil, as pessoas precisaram mudar sua rotina de trabalho, de estudo, de afazeres domésticos etc. Estas mudanças acabaram por influenciar os quotidianos, gerando medo e apreensão quanto ao futuro. O medo, um estado afetivo da natureza humana, é uma defesa que identifica situação de perigo e, conseqüentemente, passa a ser mecanismo de resposta fundamental para preservação e proteção da vida. No caso da pandemia causada pela COVID-19, muitas pessoas estão apresentando graves sintomas emocionais, decorrentes do medo da infecção, da letalidade e do isolamento social. Em relação ao isolamento social, é comum que muitos indivíduos apresentem alguns sintomas psicológicos, decorrentes do estresse prolongado, como raiva, frustração, tédio, ansiedade, irritabilidade, instabilidade emocional, alteração de memória, dificuldade de atenção, tristeza, humor deprimido, desinteresse ou diminuição da vontade de realizar rotinas que antes eram prazerosas.

A pandemia causada pela COVID-19 e seus desdobramentos político-econômicos nos obrigam a entrar em contato com uma realidade até então desconhecida por todos nós: a precariedade da vida acirrada pelo desleixo dos agentes políticos. A incerteza sobre o amanhã, o excesso de informações desconectadas, dificuldades financeiras, necessidade de reinvenção profissional, busca de equilíbrio nas contas e organização biamental geram inseguranças.

---

7. “A comorbidade ocorre quando uma entidade clínica distinta adicional ocorreu, ou vem a ocorrer, durante a evolução de um paciente cuja doença index esteja sob estudo. Ela pode ser patogênica, quando duas ou mais doenças estão etiológicamente relacionadas; diagnóstica, quando as manifestações da doença associada simular as da doença index; prognóstica, quando houver doenças que predisõem o paciente a desenvolver outras doenças.” <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=154194&indexSearch=ID>. \*

\* Vide comorbidades: <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/hospital/especialidades/nucleo-obesidade-transtornos-alimentares/Paginas/quais-doencas-consideradas-comorbidades-associadas-obesidade.aspx>



Sem contar o triste fato de não se poder dizer “adeus” ao ente querido, na hora da morte, uma vez que, em nossa cultura, o velório e o enterro são etapas que fazem parte da despedida, momento em que familiares e amigos se confortam, mutuamente, mediante a perda da pessoa amada.

Outro problema ampliado pela pandemia é o suicídio.<sup>8</sup> O suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial, possível em situações diante da pandemia causada pela COVID-19, pois existem alguns fatores que podem potencializá-lo, como isolamento, medo, desesperança, solidão, dificuldade de tratamento da saúde mental, tudo isso somado ao grande preconceito referente às pessoas que fazem tratamento com psiquiatras e psicólogos. Diante desse inconveniente, é importante observar comportamentos suicidas, nas diferentes fases da vida e seus fatores de alerta. Também se observou o aumento da violência doméstica, devido ao isolamento social. A estatística no Brasil mostrou o deslanche dessa chaga, em que crianças e idosos ficaram mais abandonados, drama que afeta grande parte das famílias brasileiras.<sup>9</sup>

É claro que nesse momento cada pessoa deveria fazer sua autoavaliação, visto que o isolamento social também pode ser um momento de mudança, reinvenção, ressignificação e novas alternativas. Naturalmente, não são fáceis todas as mudanças que as pessoas estão tendo como desafio, em virtude de que, nessas novas experiências, descobrem que podem fazer muitas coisas que antes eram ignoradas ou simplesmente rejeitadas. Ou seja, cada pessoa está tendo que refazer seu novo modo de viver. Assim, é esperado que todos possam ter uma pós-pandemia sem muitos traumas, com a possibilidade de saírem de forma diferente e com otimismo. Para tanto, é preciso, diante desse cenário vivenciado pelas muitas individualidades que marcam nossa sociedade, a reeducação dos afetos e do sentimento de solidariedade, desafios postos pela pandemia e importantes para efeito da reflexão sobre nossos valores.

Neste caso, a sociedade deve se reorganizar, para acolher as muitas vítimas afetadas pela pandemia da COVID-19, quer do ponto de vista da saúde física,

---

8. “Um recente artigo, publicado no *Lancet Psychiatry*, discute a situação da atual pandemia de Covid-19 e, dentro de suas consequências, especula sobre um possível aumento nos índices de suicídio. Quanto mais a doença se espalha, mais efeitos de longo prazo podem ser sentidos em diversas áreas da vida, gerando um maior impacto sobre populações consideradas vulneráveis e, portanto, podendo afetar os índices de comportamento suicida. Por isso, é necessário pensar em medidas de prevenção ao suicídio de forma global e ampla.” <https://pebmed.com.br/covid-19-e-o-risco-de-suicidio/>  
9. <https://portal.fiocruz.br/video/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>

quer da saúde mental, valendo-se, obviamente, de políticas públicas direcionadas a esses fins, uma vez que o Estado, *como conjunto de instituições e serviços públicos*, deve satisfazer às necessidades dos indivíduos, que são sempre públicas por conta do interesse social. Importante ressaltar que os poderes públicos são sempre guardiões do bem comum, por meio da satisfação das necessidades públicas, haja vista que todo indivíduo é deveras motivo do interesse da sociedade, que se constitui para ajudá-lo a superar as múltiplas adversidades advindas da natureza, ou pelas contingências sempre estranhas ao indivíduo ou à sociedade.

Todavia, será que o Estado brasileiro, de fato, está aparelhado para ajudar os brasileiros afetados de muitas maneiras pelos rigores da pandemia? As políticas públicas econômicas, educacionais, sanitárias, sociais etc. são ou estarão voltadas para debelar as vicissitudes impostas pela COVID-19? Não temos muitas respostas, mas perplexidades.

## **2 Considerações acerca das políticas públicas do Estado capitalista brasileiro**

As sociedades capitalistas ocidentais, marcadas, historicamente, pelo processo permanente de sofisticação produtiva, têm associado o modelo capitalista de produção de bens ao conceito liberal de indivíduo individualista, criando, com isso, uma *aporia* à vida política, no preciso limite entre associação e os legítimos interesses dos indivíduos, supostamente, responsáveis por si. Entretanto, ao que nos parece, esse problema não chegou ao epígono, o que talvez justifique, para muitos, o papel do poder público como um ente imparcial e racional, de forma hegeliana, capaz de compor conflitos intersubjetivos.

A partir disso, se impõe a reflexão se o sentido de poder público é ou não uma construção coercitiva de uma classe sobre a outra, com o intento de apropriação dos bens naturais e do trabalho, para fim da acumulação; se o Estado é ou não uma ordem que administra a violência com o escopo político, mesmo que legítima, em favor do tecido social; ou se, por último, o sistema coercitivo-normativo tem ou não o propósito de perseguir o bem comum do ponto de vista moral etc. Seja como for, mesmo levando em consideração diferentes escolas teóricas, o Estado ainda parece constituir-se numa instância racional, cujo objeto-objetivo é a composição e solução de conflitos de interesses.

Portanto, se esse é o fim primordial do Estado, sua estrutura deve voltar-se à consecução dessa meta. Neste sentido, os Estados contemporâneos, por meio dos seus órgãos, devem efetivar determinadas políticas, visando a melhorar as condições objetivas daqueles que compõem a base populacional de seu território. Assim, essas ações estatais tornam-se medidas efetivas, denominadas *políticas públicas*.

Aceitando a concepção de que toda definição é insuficiente e sofre deterioração conceitual, concebemos, grosso modo, *políticas públicas como conjunto de diretrizes estatais vinculadas, legalmente, aos instrumentos de condições ao desenvolvimento socioeconômico em favor de parte ou do todo contingente populacional de um determinado Estado*. Obviamente, o conceito de políticas públicas diz respeito à interferência estatal na vida social, para alcançar objetivos pautados sob a égide do bem comum. As definições de políticas públicas sempre dizem respeito à alocação de recursos financeiros, resultado de múltiplos interesses, aos quais o Estado deve, racionalmente, em consonância com a vontade da sociedade, executar programas que levem em consideração oportunidades e necessidades públicas. As políticas públicas, por serem de natureza estatal, assumem múltiplos aspectos. Do ponto de vista econômico, estão relacionadas à dimensão da racionalidade, quanto à escolha de prioridades, visto que os recursos financeiros nem sempre são satisfatórios ou disponíveis, em face dos múltiplos anseios e necessidades humanos; segundo a ótica administrativa, políticas públicas estão relacionadas ao modo de buscar eficiência-eficácia nos resultados de melhoria da organização da máquina estatal; na perspectiva da ciência política, políticas públicas visam à oportunidade de traçar estratégias de compor os interesses dos grupos de pressão sobre órgãos públicos que dispõem de verbas para o implemento e fomento dos negócios públicos.

Assim, a característica dominante das políticas públicas é a *capacidade de o Estado intervir na sociedade no propósito de equilibrar conflitos entre os planos individual e coletivo*, sobretudo aqueles provocados pela economia de mercado, em que sempre há refrações e expansões na produção de bens econômicos. As políticas públicas, neste caso, atuam como determinações estratégicas de curto, médio e longo alcances, que podem ser econômica, militar, científica, ambiental, educacional, energética, social etc. Dessa forma, as condições que envolvem as políticas públicas são: *reflexão, escolha e decisão* que, por sua vez, se desdobram em *formulação, planejamento, execução e avaliação*. Importa

saber, a despeito de muitas opiniões divergentes, que toda política pública é ação estatal, uma vez que *formulação, incentivo e recursos* são patrocinados pelo poder público. Claro que o Estado pode delegar uma ou outra ação a terceiros privados, mas desde que consentida pela norma jurídica, pelo interesse público, pela necessidade coletiva e sem ingenuidades.

Do quadro das políticas públicas, a política social talvez seja a mais comumente conhecida e, ao mesmo tempo, a que mais sofre em razão das múltiplas opiniões que cercam o seu fim. Segundo entendemos, *política social pode ser compreendida como aquela ação determinante de Estado que se caracteriza pela formulação, execução e avaliação de programas que visam a estabelecer medidas de proteção social aos indivíduos marcados pela exclusão econômica, em virtude do modelo de produção capitalista, ou mesmo pelos múltiplos imprevistos do cotidiano*. Nesse caso, toda política social deve ser voltada aos trabalhadores e/ou àqueles que estão à margem da cadeia do processo de produção, obviamente do mundo produtivo, excluídos do processo de trabalho.

Nesse sentido, pensamos política social como instrumento político e, sendo assim, deve ser tratada politicamente, pois deve ser pensada como ação de força racional-associativa. Por isso, o esclarecimento é tão crucial quanto visceral, ao cidadão que deseja compreender as implicações do jogo político em torno das verbas públicas que estão alocadas sob a rubrica *política social*. Mas, com o objetivo de precisar a noção de política social, é preciso dizer que *as políticas sociais visam a contornar os impactos do modo de produção capitalista*, tomando o instrumental educação-saúde como referencial, *salientando que o fim das políticas sociais é minorar os efeitos das ações do mercado quanto ao trabalho*, porque as políticas destinadas à saúde e à educação são sociais, na medida em que visam ao público, não no conceito de atendimento aos excluídos da relação capital-trabalho, mas em seu caráter universal e sem levar em conta a condição econômica do beneficiado. Saúde e educação são bens universais e não estão afetos àquelas ações governamentais compensatórias, que visam ao minoramento das agruras por que passam os trabalhadores de renda insuficiente para manter suas famílias. Ademais, política educacional tem natureza política de inserção estratégica no processo econômico mundial e, dessa forma, possui universalidade, não visando a um seguimento específico, mas o conjunto como fator de desenvolvimento socioeconômico.

Precisamente, a ideia de política social se define como *ação pública destinada a atuar no vaivém da expansão e retração do mercado*. Segundo estudiosos,

as políticas sociais são frutos de pressões dos movimentos organizados da sociedade, decorrentes não só do desenvolvimento do aparelho de Estado no que tange à pobreza, mas também de pressões sociopolíticas dos setores organizados da sociedade, com o propósito de trazer para si a riqueza produzida pelo trabalho. Nesta perspectiva, *as políticas sociais constituem programas sociopolíticos, regulamentando as relações entre Estado e sociedade, no que concerne ao processo de reprodução social do mercado de trabalho*. Assim, as políticas sociais não só são frutos de lutas organizadas pelos grupos de pressão, mas também são decorrentes de estruturas culturais, visto que cada formação social, embora coberta pelo modo de produção capitalista, guarda suas peculiaridades, conforme os aspectos históricos desenvolvidos. Todos os países engendram mecanismos próprios, visando a solucionar seus problemas específicos.

As formações sociais se movimentam por duas forças. A primeira é a cultura; a segunda, a econômica, sendo que esta é resultado daquela, que a ratifica. Podemos afirmar, assim, que o verdadeiro movimento gravita em torno das relações de produção, e aqui produção deve ser entendida como tudo aquilo que o homem produz, desde um alfinete até o conhecimento que pode ser quantificado e transformado em mercadoria. Nesse caso, as sociedades, por razões historicamente determinadas, têm padrões políticos diferentes, para os problemas oriundos da economia de mercado. As políticas sociais, pensadas e executadas no Brasil, são diferentes das políticas sociais francesas, mas não porque sejam diferentes em si, e sim porque as condições históricas ensejam sempre ideias de mundo diferentes, e por múltiplos aspectos, determinados, culturalmente, a partir de relações de produção específicas. O dado objetivo que marca, diferentemente, as políticas sociais dos Estados é o padrão econômico determinado politicamente, que funciona como elemento de interesse político e processo de subordinação da força de trabalho.

As políticas sociais, para alguns estudiosos de viés administrativista, não se constituíram como decorrência da luta dos trabalhadores do final do século XIX em diante por melhores condições de vida. Para esses autores, as políticas sociais são arranjos do próprio modo de produção capitalista, com o fito de corrigir rumos (isso para não perder o valor hegemônico de produção espiritual sobre a sociedade). Neste sentido, *as políticas sociais são ações de Estado no seio da sociedade para a revitalização do capital, em prol da constituição do trabalho com benefícios necessários à sua manutenção*. Igualmente, *podemos*

*pensar as políticas sociais como ações de contemplação do sistema capitalista, sejam elas de orientação liberal, conservadora ou mesmo social-democrata. É bom considerar que as alternativas keynesianas constituem outro arranjo do pensamento liberal, com o fim de promover a efetivação do capitalismo por meio do incentivo à aquisição de bens e, por isso, torna necessária a intervenção do Estado no investimento das demandas. Aliás, é bom que se diga, discordando de pesquisadores renomados, o neoliberalismo é uma remodelagem do capitalismo, a partir de John Keynes, e não de Friedrich Hayek, este um grande defensor do mercado como valor absoluto, que retoma liberais do século XIX, em que a igualdade humana é solapada. Nesse caso, tomamos do pensador político, Vicente Faleiros, a ideia de que:*

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução [delas] (2007, p. 46).

Esta observação talvez seja a mais contundente assertiva acerca do papel que as políticas sociais desempenham no Estado capitalista, ratificando, ao mesmo tempo, a exclusão social, por parte dos assalariados, e a manutenção de grupos políticos no aparelho de Estado. Portanto, no Estado capitalista, *as políticas sociais constituem-se em instrumentos de manutenção do capital ou reprodução das condições objetivas do capital*. Elas poderiam e deveriam ser medidas ampliadoras de bem-estar social e inclusão dos trabalhadores por meio de programas assistenciais, não fosse o pensamento existente por trás das medidas tomadas pelos órgãos de Estado, sobretudo no Brasil. No entanto, implica concordar, que as políticas sociais não são pensadas como alavanca de direitos, *mas como resultado dos interesses do capital*, e não da expansão de *cidadania*. Ressaltamos que as políticas sociais são o que são pela natureza do sistema que as produz e reproduz, e não como deveriam ser, racionalmente.

Considerando as políticas sociais como expressão das relações de poder, essas relações de poder constituem um novo campo de batalha, não excluindo o fato de que os grupos políticos se formam multifacetadamente. Dessa maneira, é imperioso a teorização, por uma compreensão da *práxis*, até porque a teorização do real é *conditio sine qua non* de sua representação, caso queiramos entender os acontecimentos historicamente determinados. Porém, no exame das políticas

sociais, quer sejam elas compreendidas como construções históricas determinadas politicamente, ou como programas políticos a partir de situações dadas historicamente, seu estudo deve ser tomado por uma análise não focada ou estancada das relações entre política e economia, no contexto cultural. Não levar em conta essa trilogia analítica supõe que a pesquisa sobre políticas sociais sucumbirá, por duas razões básicas, a saber: primeiro, porque as políticas sociais são *programas pensados, escolhidos e tomados* por instâncias políticas que estão subordinadas à opinião pública; segundo, *as políticas sociais só vingam por meio de acordos, historicamente, construídos para composição dos interesses, mas interesses que estão sempre assentados sobre um complexo de desejos*. Desse modo, as políticas sociais do Estado capitalista, queiramos ou não, não têm por fundamento primeiro a eliminação das carências concretas. Ao contrário, é por meio dessas carências concretas que consistem em fonte de rendimentos para a produção e reprodução do capital.

O original desse enfoque é saber, conscientemente, que as políticas sociais apresentam dupla face, por sinal muito interessantes: assumem o caráter de buscar soluções de assistência para os excluídos do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que se tornaram excelente fonte de ganho para o capitalismo monopolista, visto que o Estado se tornou um garantidor dos negócios. Obviamente, o fulcro do seu sentido é a revitalização do capitalismo, o que torna o sistema mais complexo, precisando de paciência conceitual para entender o jogo de suas engrenagens. A partir desse dado, é relevante pensar no complexo papel do Estado como uma máquina, que se tornou presente no financiamento do capital e ausente para o mundo do trabalho. Assim, Faleiros enfatiza que o Estado “*não é um árbitro neutro, nem um juiz do bem-estar dos cidadãos. Nem é um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes, para realizar seus interesses. O Estado é uma relação social*” (2007, p. 52).

Pois sendo o Estado uma relação social, essa estrutura toma partido pelo conjunto dos seus artífices, logicamente, assumindo os interesses da classe hegemônica e os da não-hegemônica, para não perder o controle sobre a hegemonia.<sup>10</sup> O Estado é, na verdade, instrumento a gerir os interesses hegemônicos. Logo, o poder coercitivo, com toda sua força ideológica, consegue compor políticas sociais compensatórias, visando ora à composição do conflito entre

---

10. Essa relação dialética implica o fato de que o Estado, embora um componente no jogo dos conflitos das classes sociais, também desfruta de certa autonomia, por conta dos setores organizados da sociedade civil, que não precisam ser somente os sindicatos. A participação popular liberta o Estado da maquinação capitalista.

forças sociais, ora à reprodução social do conflito capital-trabalho, conforme a sobrevivência burocrática dessa instância jurídica e sua autolegitimação.

Sendo uma das fontes financiadoras do próprio desenvolvimento do capitalismo, as políticas sociais são sustentadas com os recursos oriundos mais do mundo do trabalho que da esfera do capital. Ao ler o sistema tributário dos países capitalistas, de um modo geral, e do Brasil em particular, percebemos o quanto os trabalhadores financiam, como caixa de auxílio, as políticas que não beneficiam diretamente seus interesses. Nessa perspectiva, as políticas sociais não podem ser tomadas como estorvo pelo pensamento liberal, pois, em certa medida, os gastos públicos, com tais programas, alimentam o aumento dos negócios, e a reclamação do mundo burguês, em relação a tais programas, visa ao controle das verbas para a manutenção de negócios mais rentáveis, e com retorno mais rápido, o que se caracteriza por “superlucros”. Esta assertiva não contradiz o discurso que admite a relação entre política social e reprodução capitalista, visto que a busca por diminuir gastos públicos com políticas sociais está relacionada ao fato do *retorno financeiro*. Entende o pensamento liberal que os gastos públicos devem ter finalidade pública e promoção do estímulo à produção, e não políticas “clientelistas”. Em certa medida, os liberais têm razão, quando defendem que as verbas públicas não podem ser tomadas por ações coronelescas, mas esquecem que as mesmas verbas públicas não podem financiar riscos do sistema em busca de lucros divinos e prejuízos socializados.

As políticas sociais, nesta perspectiva, controlam o debate sobre as verbas públicas e seus destinos, constituindo-se, por assim dizer, num novo centro de lutas de classes, grupos políticos e estamentos burocráticos. Assim, esse caráter político-econômico não é suplantado, historicamente, pelo processo de totalidade que envolve os interesses dos sujeitos por ampliação de direitos, bem como a inserção no mundo do capital. O problema é de difícil solução, porque as políticas sociais dos Estados capitalistas não funcionam como busca permanente de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Essa perspectiva, porém, só pode ser pensada em estruturas políticas nas quais o Estado não seja um aparelho de classe. Ao que parece, estamos longe de alguma ruptura política que nos leve a superar o Estado capitalista que ora vige no mundo contemporâneo. É bem verdade, contudo, que, quando se pensa em políticas sociais, logo se associa o assunto ao impacto de políticas públicas, o que não está incorreto, pois incorreta é a forma como são implementadas as políticas sociais em países subdesenvolvidos, como o Brasil: verdadeiro labirinto de



medidas desconectadas, em favor da pura assistência, que se tornou, ao longo dos tempos, *efetividade política*. No entanto, é também pura ingenuidade pensar que as políticas sociais dos Estados capitalistas não sejam *naturalmente* contraditórias e fragmentadas. Do contrário, seriam políticas sociais de formações sociais, dominadas pelo modo social de produção de divisão da riqueza.

O pensamento brasileiro, no campo da política social, ainda, ao que nos parece, não se situou devidamente, no plano teórico a que se propõe, porque, solidamente plantado em teorias avulsas, vislumbra uma política social de natureza socialista, em uma estrutura liberal-capitalista. Obviamente, as políticas sociais dos países de capitalismo avançado são diferentes daquelas dos países atrasados, por diversos motivos, mas mesmo assim cada um tem os seus próprios problemas, sem com isso aventar a hipótese de que as políticas sociais sejam mecanismos de mobilidade social, como pensa o cérebro tupiniquim. *As políticas sociais não se constituem em benefícios aos desvalidos, mas num conjunto de medidas inteligentes do sistema, que precisa se perpetuar material e espiritualmente.*

De acordo com o entendimento de Faleiros, segundo a classificação empírica de políticas sociais, sua materialização pode ser tomada por seis medidas, a saber: 1. assistência; 2. previdência social; 3. prestação de serviço; 4. proteção jurídica; 5. construções de equipamentos sociais; 6. subsídios (2007, p. 60). Das medidas elencadas por Faleiros, destacamos a política de assistência, por considerarmos a mais clássica das políticas sociais implementadas pelos governos, considerando, igualmente, a crítica como elemento de subalternidade política que tem lá suas raízes culturais.

Dessa forma, a ineficácia das políticas sociais brasileiras tem um diferencial muito saliente. Pormenorizadamente, torna as ações do Estado um meio de criar subalternidade, por parte dos necessitados, e enriquecimento nas esferas da acumulação capitalista. Na perspectiva de que as políticas sociais devem ser pensadas como direitos, e não como “benesses”, cabe importante reflexão de natureza da filosofia política.

Ao pensar a política social como direito, devemos analisar sob qual concepção se deve orientar a reflexão nos embates políticos em oposição à ilusão de o Estado ser agente da felicidade celeste no mundo, e compreender que esse direito é resultado do jogo de forças, procurando, ao mesmo tempo, sinalizar que o Estado, ao tributar a sociedade, acumula recursos para satisfazer interesses do capital, quando deveria, por meio de outra postura, perseguir os interesses coletivos. Não se evoca a tese da distribuição de renda, ou muito menos da desconcentração

da renda, mas, sim, da desconcentração da riqueza, que deve ter o Estado como agente eficiente. A luta por direitos não significa lançar mão sobre o que é de poucos e distribuir para muitos. Pelo contrário, a verdadeira perspectiva de luta significa que se deve colocar a mão naquilo que fora apropriado indevidamente pelas forças agregadas entre capital e coerção estatal. Nesse caso, não se pode pensar política social como um plano determinado de mera assistência, muito menos imaginar que as políticas sociais são condição de mobilidade social.

A reflexão que propomos justifica-se pelo fato de que, enquanto perdurarem as relações entre liberalismo, de um lado, e economia de mercado, de outro, as políticas sociais só serão efetivadas quando interessarem à acumulação como instrumento de sua perpetuação. Assim, ao pensar política social no atual quadro histórico, em que as forças sociais estão diluídas por conta de um eficiente quadro ideológico, somente se pode considerar que sua eficácia visa a manter as coisas como estão por forças que se entrecruzam no embate político. Muitos estudiosos dessa matéria frisam que as políticas sociais do Estado capitalista estão imbricadas por interesses múltiplos, passando dos mais simples aos mais complexos, desde um simples serviço de atendimento em um posto de saúde ao complexo processo de desenvolvimento econômico. Contudo, esquecem que não vivemos sob uma economia social em que haveria uma sólida intervenção da sociedade sobre o capital, mas sob uma economia de mercado em que há maciça intervenção do capital sobre o social. Dessa forma, as políticas sociais resultam de forte conflito entre os interesses do capital versus os que necessitam da ação do Estado como meio de garantir o mínimo possível à subsistência. Ratificando: há uma relação de clientelismo entre Estado-setores carentes do contingente dos trabalhadores como condição singular de subalternidade.

As políticas sociais são a privatização do público, a transmutação das verbas destinadas às políticas de desenvolvimento social para assistência social, marcando mais uma apropriação do público pelo privado, por meio das migalhas do assistencialismo. Essa nova modalidade de apropriação das verbas públicas, no caso brasileiro, destaca o jogo político criado pela nossa cultura, em que direitos são tratados como moeda política: os subalternos recebem o que julgam benefício, enquanto Estado e mercado são beneficiados pelos mais diversos meios de enriquecimento. O Estado se “locupleta” por meio de sua burocracia parasitária e corrupta, ao mesmo tempo em que sua representação parlamentar-administrativa se decompõe moralmente, favorecendo grupos econômicos, uma vez que as políticas sociais obedecem à lógica do mercado,

segundo a qual tudo deve oferecer lucro ao menor custo possível. O Estado troca a essencialidade hegeliana por *pratos de lentilhas*.

Passando ao tema específico da assistência social como uma das formas de políticas sociais, ignorando por ora sua relação ou não com o assistencialismo, como prática subalternizante, não só da população carente, como também da magnitude do Estado, há aspectos importantes da história da assistência social e de sua relação estreita com as práticas sociais interventoras na sociedade. A assistência social tem um duplo conteúdo estratégico: ao mesmo tempo em que cria uma linha de ação governamental, com o escopo de minorar as agruras dos indivíduos na linha da pobreza, também compõe o quadro das tensões sociais, com o propósito de baixar o nível de insatisfação popular quanto à clara ineficiência da política de mercado para a grande massa excluída de trabalhadores. Igualmente, pode-se considerar que a assistência tem outra natureza, que é a emergencialidade, em se tratando de necessidades prementes dos vulneráveis. A preocupação maior, quando se trata da ambiguidade da assistência, é sua transformação de estado de necessidade para estado de efetividade, ou seja, não pode ser tomada como política permanente de Estado por sua natureza transitória.

A assistência social tem seu fim na solução objetiva de um problema urgente que reclama solução imediata, emergencialmente. Nesse caso, é legítima, por procurar solucionar a imprevisibilidade dos acontecimentos. Todavia, a assistência, como política permanente de Estado, marca a pobreza mental de nossa sociedade, configurando não só insuficiência, mas também ineficiência, imaturidade e desqualificação dos níveis de consciência dos diversos segmentos de nossa estrutura política. Não é à toa que a assistência, como prática recorrente, recai sobre as formações sociais com baixa participação popular nos negócios públicos, e aqui nos falta espaço para refletir sobre os motivos que ensejaram esse quadro e mapear o terrível cenário político da história da sociedade brasileira.

Contudo, na medida em que a estrutura sociopolítica brasileira é dominada pelo espírito de clãs, torna-se impossível a participação política dos subalternizados nos negócios do Estado. Portanto, diante de tal quadro, a única solução viável está no processo político de transferência de lealdades, antes canalizadas pelas estruturas clânica,<sup>11</sup> corolonesa e burguesa, para as forças sociais organi-

---

11. O Oliveira Vianna identifica a formação social brasileira como uma estrutura social-clânica, cujas famílias, historicamente, compuseram-se por elementos vinculantes, por meio de laços de sangue, como também por um grande número de agregados por compadrio. É a família extensa que dá esse matiz de clã, patrocinada pelo regime senhorial. Decorre dessa estrutura que os

zadas em direção à publicização cada vez maior do Estado, livrando-o das mãos privadas dos clãs, dos coronéis e da burguesia, em favor do conjunto social.

Desta forma, devemos atentar para o fato de que as políticas sociais brasileiras são fragmentadas, em razão de nossa constituição histórica, associada à natureza do Estado capitalista, que amplia essa fragmentação por conta de uma racionalização essencialmente voltada para si, como força. Ora o Estado se assume como protetor de interesses do capital, ora se apresenta como ente de razão, na mais pura tradição hegeliana, com o fito de, sem ilusão, tomar para si o conflito e, a partir de si, apresentar esforços solucionadores dos conflitos. Não é tão simples como se supõe, mas também não é tão complexo que não possa ser explicado.

Quando uma determinada política social é implementada no seio da sociedade, parece, aos olhos do senso comum, que é um resultado racional de esforços múltiplos, com o fim de obter satisfação pública a partir do interesse coletivo. Contudo, se atentarmos com acuidade epistêmica, observaremos que *uma determinada política social  $\beta$*  é um complexo de interesses, que salta aos olhos de quem pensa, dialeticamente, e, nesse caso, não toma a ilusão de que seus efeitos terão resultados satisfatórios coletivamente, vide, por exemplo, o incentivo às ONGs por parte do poder público, que tomou a educação como movimento renovador, no seio das relações sociais, criando a ideia de cooperação entre proletários e burgueses, evitando, por assim dizer, tensão social aguda, substituída pela reforma moralóide do homem e sua forma de pensar, para efetivar ilusórias mudanças na escala social. Posicionando-se, supostamente, à margem das querelas entre liberalismo e socialismo, as ONGs apelam para uma educação “humanista-artística-moralizante”, capaz de organizar a sociedade brasileira segundo a capacidade de cada indivíduo, chamando isso de justiça social quando, na verdade, ratifica a ideologia do Estado racional e do mercado impulsionador da riqueza social. O pior é que existe um grupo ingenuamente ilustrado que, negando o poder público, transfere responsabilidades e fortunas a essas mistificações, ignorando mais uma faceta do

---

elementos de controle social existem dentro do próprio clã, sendo a obediência do tipo tradicional-patriarcal, em que o controle social se projeta na vida política vinculado à propriedade da terra: ao mesmo tempo, sinal de riqueza e elemento de poder político. A fazenda, controlada pelo proprietário, com seu círculo familiar mais próximo e o extenso composto de indivíduos agregados, forja a unidade básica da vida social brasileira que, além disso, contrata e protege os trabalhadores rurais livres, uma vez que o latifúndio constituía, ao lado de algumas pequenas e médias propriedades e o comércio, marcado para força de trabalho na área rural. Neste contexto, para Vianna, a solidariedade entre estes atores é do tipo clânico-parental.

capitalismo monopolista de Estado, cuja função é a reprodução da concentração da riqueza nacional no capital.

A assistência social, que em princípio tem papel relevante, na emergência de integração dos combatidos, ao mercado formal de trabalho – com isso incrementando, do ponto de vista keynesiano, a demanda com o propósito de impulsionar a engrenagem do emprego –, se tornou medida assistencialista, transformando programas temporais em políticas permanentes de Estado. Contudo, caso a sociedade brasileira deseje, de fato, assumir o desenvolvimento econômico como saída para os impasses dos nossos problemas, deve substituir o assistencial-assistencialismo por políticas sociais de longo alcance e com fins inteligentes. Não pedimos medidas de cunho socialista, mas de natureza inteligente, tais como a integralização de políticas públicas de natureza orgânica, em que o Estado assuma seu papel de agente do desenvolvimento socioeconômico. Não é preciso *retórica sapiencial*, mas prática de racionalização, a partir de laços integrativos, isso se burguesia e Estado desejam inserção, no mercado internacional, como ponta de expansão de negócios.

Por fim. Existe um dilema muito sério, que domina e perturba o entendimento dos estudiosos de política social, que consideramos ter superado: a natureza das políticas sociais. O trabalho que acabamos de desenvolver talvez tenha um valor político significativo para nossas quatro mãos: com ele, eliminamos a noção de política social, como meio de mobilidade social da massa trabalhadora, nos Estados dominados pela economia de mercado. A nosso juízo, nos Estados capitalistas, as políticas voltadas ao desenvolvimento social só se efetivam quando forem do interesse do capital, ou a ele vincularem determinado ganho social, tipo de valor que o reproduz como único sistema organizador das atividades produtivas. Compreendemos que política social e capitalismo se expressam, necessariamente, como sobrevivência um do outro, isso porque só no modo de produção capitalista há políticas sociais. Nesse caso, sua função é compor as distorções do sistema. Por outro lado, só o capitalismo produz, enquanto sistema, políticas sociais como forma de manter-se vivo, seja na forma de reprodução social do trabalho, seja na rubrica de receita. Em outras palavras, como fonte ideológica de valor moral, pois o sistema capitalista é de uma eficiência assustadora: dele surgem soluções que mantêm vivas as contradições de sua sobrevivência. Em uma economia cujo mercado estivesse subordinado aos interesses sociais do trabalho, as chamadas políticas sociais não existiriam, porque o próprio sistema produtivo seria o mecanismo

de desenvolvimento social. Mas, como estamos afetados pela hegemonia do capital, não podemos olvidar que nossos esforços devem voltar-se às políticas sociais inteligentes.

## Conclusão

Crítica é uma palavra portuguesa, cuja origem é o adjetivo latino “criticus”, que dá origem ao termo latino tardio “critica”, adaptação do grego “κριτικός – kritikós”, de “κριτική – kritiké”, que guarda a arte (técnica), a capacidade, a habilidade de operar julgamentos próprios, após exames minuciosos sobre elaborações artística, filosófica e científica, além de examinar, objetivamente, formas de agir, pensar, sentir e perceber o entorno. A natureza da crítica repousa na lógica, na estética, na moral e na verdade da investigação sobre objetos e fenômenos. Neste sentido, criticar é uma qualidade substantiva, mas para isso é preciso desideologizar o que se pretende analisar, para não parecer apenas posição subjetivista, invertendo as especificidades do observado e dando ares de verdade, quando é notoriamente falso. Por isso, nossa crítica às políticas públicas de natureza social repousa sobre fatos e a legislação que as cobrem, sendo que em outra oportunidade, teremos prazer em demonstrar com números e atos governamentais.

A pandemia recente, causada pela COVID-19, mostra como os agentes políticos, travestidos de autoridades públicas, são, em verdade, ocupantes de cargos públicos, de olho nos interesses daqueles que os financiam, para lá chegarem e representá-los, olvidando o bem comum. Mesmo diante de um número significativo de irmãos mortos e de outros sobreviventes que foram contaminados e viverão marcados por sequelas físicas e psíquicas, assistimos aos negacionistas da doença e seus efeitos, aos malversadores do dinheiro público que aproveitaram para superfaturar máquinas, equipamentos e suplementos no tratamento da doença etc.

Neste jogo de discursos ideológicos, que mascara a realidade e a transforma em cenas de terror, onde ficam a verdade, o bom senso, o interesse público, a satisfação das necessidades públicas? Óbvio, escondidos pelos discursos ilusionistas em que os cidadãos são vítimas da COVID-19 e de seus sentimentos, subvertidos por uma educação pública há décadas *pensada, elaborada e disseminada* para, justamente, perverter a capacidade de o cidadão

ter senso crítico e, neste caso, não ter capacidade de avaliar e separar o falso do verdadeiro, o errado do certo, o injusto do justo, o mau do bom, o mal do bem, o feio do belo etc.

A falta de uma educação pública ancorada na filosofia, na ciência e na arte impossibilita que os cidadãos-vítimas percebam que os agentes políticos apenas executam políticas públicas, especificamente, as políticas sociais, quando representam interesses do capital e muito pouco os interesses da saúde dos indivíduos, ou quando a fazem, apenas estão de olho no garrote do assistencialismo, transformado em votos. Vide o caso da angústia do governo federal ao procurar um novo programa de assistência social que substitua o anterior, para efeitos não políticos, mas de subsistência eleitoral do grupo que comanda o executivo federal. A tragicomédia é que ambos os programas sociais, o antigo e o que deve nascer, são inócuos, diante das exigências de reestruturação do capitalismo brasileiro, que se desindustrializou e tornou-se uma das causas da crise que se arrasta desde as grandes manifestações de junho de 2013 até as ilusões de hoje.

A importância da filosofia, da ciência e da arte nos programas de educação pública, especificamente, nos ensinamentos fundamental e médio, talvez nos possibilite reflexão, investigação e criação, ancoradas no dever ético-político do cidadão para com a comunidade e da comunidade para com o cidadão. Essa relação dialética entre ética e política, reflexão sobre a moralidade cotidiana e as práticas políticas, pode, quem sabe, ser o ponto de inflexão para repensarmos nossos valores e resgarmos o que o individualismo destruiu.

As saúdes física e psíquica dependem das saúdes moral e política, que, a seu turno, também estão atreladas às saúdes intelectual e afetiva que devemos reconstruir. Cremos que assim fecharemos as torneiras das iniquidades e sobrarão recursos econômicos para efetuar e efetivar programas públicos inteligentes de natureza político-social.

## Referências

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Antônia Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Editora Vega, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ética a Eudemo*. Tradução de J.A. Amaral e Artur Mourão. Lisboa: Ed. Tribuna, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Antônio de Castro Caeiro. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2017.

BEHRING, Elaine R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

HEGEL, GFW. *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Vol. I. Tradução de Paulo Machado com colaboração de Pe. José Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora. Objetiva, 2019.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

SPOSAT, Aldaíza O. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952.

YAZBEK, Maria C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo. Editora Cultrix, 1999.

Artigo recebido em 31/10/2020 e aprovado para publicação em 18/11/2020

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i38-2020-8>

### Como citar:

TROTТА, Maria Alcinéa Andrião; TROTТА, Wellington. COVID-19: reflexões a quatro mãos sobre alguns aspectos do problema. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 277-300, jul./dez. 2020. Disponível em: [www.revistacoletanea.com.br](http://www.revistacoletanea.com.br)